



SOLUÇÕES PARA A INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA

Membros Comitê Infraestrutura na Amazônia

André Marsilio - Assoc. dos Amigos e Defensores da BR-319

Dr. Alberto Tostes - Universidade Federal do Amapá

Tatiane Checchia - Universidade Federal de Rondônia

Dr. Hito Braga - Universidade Federal do Pará



SOLUÇÕES PARA INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA

SANEAMENTO BÁSICO

1. Prover estação de tratamento de água e esgoto eficaz, recuperando e modernizando as unidades já existentes nas grandes cidades com mais de 100 mil habitantes, e, implementando sistemas de sumidouros, e outras tecnologias sociais, para esgotos individuais e poços de abastecimento de água em comunidades tradicionais e de difícil acesso.
2. Investir em projetos de educação ambiental e conscientização sobre acesso à água, o esgotamento sanitário, a importância e impactos na saúde. Haja vista que na Amazônia pessoas ainda morrem de verminose e parasitose, doenças causadas por falta de saneamento básico.
3. Mapear e monitorar habitações frágeis no aspecto socioambiental, ofertando loteamentos para assentamento urbano informais. A proposta prevê realocar pessoas que vivem em situação irregular em habitações dignas com acesso a saneamento básico.
4. Fiscalizar a implementação da atual legislação do plano diretor em áreas urbanas e ribeirinhas. Garantindo o cumprimento das exigências e práticas existentes no plano diretor para novos loteamentos.

TRANSPORTE

1. Propor concessão ou privatização para repassar a gestão dos 885 quilômetros da BR-319 para a iniciativa privada, assim que esta for totalmente pavimentada. A proposta prevê o mesmo modelo aplicado nas principais rodovias interestaduais brasileiras. Haja vista que o DNIT e o Governo Federal não teriam condições de manter a manutenção da mesma durante o ano todo. Com a construção de portais de controle de entrada e saída de veículos ao longo da estrada, a empresa detentora garantiria a manutenção perene e eficaz da rodovia.
2. Implantar laboratórios e centros de pesquisas ao longo da BR-319 que deverão ser administrados pelos cientistas das universidades federais, estaduais e institutos de pesquisas do Amazonas, principalmente no "trecho do meio", onde há um maior impasse por conta da concentração de unidades de conservação e riquezas naturais da região. A construção desses pequenos centros de pesquisa tem o objetivo de inibir a invasão de grileiros e demais degradações.
3. Regulamentar e fiscalizar a situação de embarcações clandestinas nas hidrovias da Amazônia. Construir terminais de embarques de passageiros organizados, com pontos de referência que reúnam órgãos fiscalizadores e agências reguladoras a fim de proporcionar linhas de navegação orientadas.

4. Estabelecer taxa de uso das vias fluviais para grandes empresas que utilizam o transporte aquaviário na Amazônia. Propor acordos de contrapartida com os conglomerados de grandes corporações que se beneficiam economicamente da região com projetos de contrapartida em favor das comunidades ribeirinhas e porcentagem sobre a renda anual/mensal das empresas da ZFM.

5. Construir polos navais que incentivam, por meio de isenção de imposto, a substituição da madeira por outros materiais para construções de embarcações. A proposta prevê ainda projetos com as comunidades locais que além de educar e conscientizar possam gerar renda e melhor qualidade de vida aos comunitários.

6. Incentivar políticas públicas com aspectos governamentais voltadas para a mobilidade dos povos tradicionais. Rever o uso múltiplo de navegação de carga e passageiros, propondo soluções harmônicas. Cobrar dos parlamentares emendas concretas com investimentos voltados para os transportes fluviais e a navegação.

